

deve ler-se:

Número da parcela (sequencial)	Proprietário(s)	Outros interessados	Área (m <sup>2</sup> )	Matriz e freguesia		Descrição na conservatória do registo predial
				Rústico	Urbano	
14	José Manuel Moreira Lúcio; Maria Rita Bartolomeu; João Pedro Gomes; Ondina Pinto Teixeira Gomes; Maria Bernardete de Carvalho Xavier Rodrigues; Ana Maria Cardinal Machado; Emília Maria Martins; Elisa Martins Pinto Barandas; Alice do Nascimento Martins; Eduarda Maria Varizo Martins Rodrigues; António Maria Martins; Fernanda Alice Martins e Mendes Figueiredo.	Crédito Predial Português (Credor hipotecário).	10,00	—	3576.º (Ermesinde)	4882

22 de Maio de 2009. — O Subdirector-Geral, *Paulo Mauritti*.

201845831

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Despacho normativo n.º 21/2009

Considerando o manifesto interesse no rápido conhecimento e difusão dos resultados da eleição dos deputados ao Parlamento Europeu apurados no escrutínio provisório, cuja organização e direcção competem à Direcção-Geral de Administração Interna (DGAI) do Ministério da Administração Interna, nos termos da alínea b) do n.º 5 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 978/2007, de 29 de Março, determina-se o seguinte:

1 — Após o encerramento da votação e o anúncio dos resultados, os presidentes das mesas das assembleias de voto devem comunicá-los, conforme constam dos editais, com a máxima celeridade, à junta de freguesia ou à entidade que for determinada pelo governador civil, pelo representante da República ou pela Comissão Organizadora do Recenseamento Eleitoral dos Portugueses no Estrangeiro (COREPE), junto da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades, prioritariamente à prestação de informações a qualquer outra entidade.

2 — A comunicação referida no número anterior deve conter os seguintes elementos:

- Número de eleitores inscritos;
- Número de votantes;
- Número de votos em branco;
- Número de votos nulos;
- Número de votos obtidos por cada lista.

3 — As entidades referidas no n.º 1 apuram os resultados da eleição na freguesia/consulado, comunicando-os imediatamente ao governador civil, ao representante da República ou à COREPE.

4 — O governador civil, o representante da República ou a COREPE transmitem de imediato à DGAI os resultados referidos no n.º 3.

5 — Para além dos intervenientes referidos nos números anteriores, nas operações de escrutínio provisório intervêm ainda, na respectiva área de actuação, as seguintes entidades:

- a) Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, do Ministério da Justiça;
- b) Portugal Telecom;
- c) Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

6 — Na difusão dos resultados do escrutínio provisório os órgãos de comunicação social devem indicar que se trata de resultados provisórios fornecidos pela DGAI do Ministério da Administração Interna.

11 de Maio de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*.

201849996

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Despacho n.º 13029/2009

Considerando a criação da figura de controlador financeiro pelo Decreto-Lei n.º 33/2006, de 17 de Fevereiro;

Atendendo a que os controladores financeiros devem ser afectos a áreas ministeriais de actuação;

Tendo ainda em conta os requisitos estipulados pelo artigo 9.º do citado decreto-lei quanto à nomeação de controladores financeiros;

Considerando, por último, a necessidade de proceder à nomeação de um novo controlador financeiro do Ministério da Administração Interna, em virtude da cessação de funções do anterior titular do cargo;

Determina-se:

1 — É nomeado para exercer funções de controlador financeiro do Ministério da Administração Interna, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 33/2006, de 17 de Fevereiro, o licenciado António Manuel de Araújo Lopes.

2 — A presente nomeação fundamenta-se nas competências académicas e na experiência profissional do nomeado, relevantes para o sector em que irá exercer funções, tal como atesta o respectivo *curriculum vitae*, publicado em anexo ao presente despacho e que deste faz parte integrante.

3 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 4 de Maio de 2009, sendo feita pelo prazo de um ano, sem prejuízo da possibilidade da renovação deste mandato, nos termos legais.

27 de Maio de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*.

### ANEXO

Nome — António Manuel de Araújo Lopes

Data de nascimento — 12 de Outubro de 1956

Estado civil — casado

Habilitações literárias — licenciado em economia pelo Instituto Superior de Economia em 1981, com a média de 14 valores.

Experiência profissional:

Ingressou na Administração Pública em 3 de Agosto de 1977, no Ministério da Agricultura e Pescas, tendo transitado para o Ministério das Finanças e do Plano, para o quadro do Departamento Central de Planeamento, em 24 de Junho de 1983;

Foi nomeado chefe de divisão, em comissão de serviço, em 9 de Dezembro de 1986, tendo coordenado o Núcleo de Estruturas e Condições de Vida da Direcção de Serviços do Sector Público Administrativo. Este Núcleo englobava os sectores do Plano de “Educação” (incluindo o ensino superior), “Formação profissional”, “Saúde”, “Segurança Social”, “Pescas”, “Indústria”, “Energia” e “Transportes, comunicações e meteorologia”, abarcando despesas com investimentos em sectores sociais, nomeadamente com instalações escolares e de saúde e em infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias;

Foi nomeado director de serviços do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, em comissão de serviço, em 18 de Janeiro de 1991, com a coordenação da área de investimentos desse Ministério inscritos no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC);

Foi nomeado coordenador de núcleo do Departamento de Programação e Gestão Financeira do Ministério da Educação, em comissão de serviço, em 3 de Maio de 1993, com a coordenação da preparação e o acompanhamento da avaliação do PIDDAC do Ministério da Educação, isto é, da aplicação dos recursos financeiros em programas de investimento. Este núcleo também tinha como áreas de actividade a análise dos impactos do investimento no sector educativo e o apoio técnico no planeamento, na coordenação e na avaliação das actividades dos serviços do Ministério da Educação;

Foi nomeado director de serviços de investimentos e dos custos da educação do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação, em comissão de serviço, em 5 de Março de 1997, com as mesmas funções de coordenador de núcleo referidas anteriormente;

Foi nomeado adjunto do Secretário de Estado das Obras Públicas, em regime de requisição, em 28 de Abril de 1997, com tarefas relacionadas com o acompanhamento económico e financeiro dos organismos e empresas dependentes dessa Secretaria de Estado, a Junta Autónoma de Estradas, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, a JAE — Construção, S. A., e a BRISA — Auto-Estradas de Portugal, S. A. (tendo participado nas negociações para a revisão do contrato de concessão), e a preparação dos planos de desenvolvimento referentes às infra-estruturas rodoviárias;

Foi nomeado director-adjunto, equiparado a subdirector-geral, do Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação, em comissão de serviço, em 28 de Maio de 1998, com a coordenação e a gestão do Departamento, em conjunto com o director, tendo à sua responsabilidade directa, de entre outros, os assuntos relativos à gestão de recursos humanos e financeiros do Departamento, ao apetrechamento informático dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e a coordenação da Rede Nacional Eurydice;

Foi nomeado secretário, equiparado a director de serviços, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, em comissão de serviço, em 19 de Fevereiro de 2003, com a coordenação das actividades de gestão administrativa e financeira da Faculdade, na dependência directa do director. Pertenceu aos conselhos directivo e administrativo da Faculdade. Coordenou as divisões dos recursos financeiros, dos recursos humanos, académica e de logística e conservação, que ficaram directamente dependentes de si, após a reestruturação de serviços que foi efectuada;

Regressou ao seu serviço de origem em 6 de Fevereiro de 2006, desempenhando funções na Direcção de Serviços do Sector Público Administrativo do Departamento de Prospectiva e Planeamento, com a categoria de assessor principal, tendo colaborado na elaboração do “Painel de Indicadores de Acompanhamento e Avaliação” que estabeleceu uma proposta de indicadores de realização, de resultado e de impacto dos Programas e Medidas Orçamentais das despesas de investimento e desenvolvimento, tendo elaborado o painel de indicadores dos sectores P2 — Investigação Científica e Tecnológica e P8 — Justiça;

Foi nomeado controlador financeiro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em 28 de Março de 2006, pelo período de um ano, com renovação em 2007 e 2008, com a missão fundamental de melhorar o controlo da execução orçamental com vista a garantir a satisfação do princípio da economia, eficácia e eficiência na utilização dos fundos públicos.

#### Habilitações profissionais:

Participação em numerosos cursos e acções de formação profissional em Portugal e em várias reuniões e acções de formação profissional no estrangeiro;

Foi orador e ou monitor em algumas acções de formação profissional e apresentou algumas comunicações e alguns artigos;

Foi nomeado oficialmente representante do Departamento Central de Planeamento, do Departamento de Gestão e Programação Financeira, da Secretaria e Estado das Obras Públicas e do Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento em diversas comissões, grupos de trabalho e unidades de gestão de programas comunitários dos Quadros Comunitários de Apoio I, II, e III;

Foi membro dos conselhos administrativos do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, de 18 de Janeiro de 1991 a 30 de Abril de 1993, do Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação, de 28 de Maio de 1998 a 16 de Fevereiro de 2003, e da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Uni-

versidade Nova de Lisboa, de 19 de Fevereiro de 2003 a 5 de Fevereiro de 2006 e participou em numerosos júris de concursos de pessoal da Administração Pública.

201854393

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Secretaria-Geral

#### Departamento Geral de Administração

#### Despacho (extracto) n.º 13030/2009

Para cumprimento do disposto na alínea *b*), n.º 1 do artigo 37.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro torna-se público, que por despacho de 26 de Fevereiro de 2009, na sequência de Concurso interno de acesso misto (quota externa), para a categoria de Assistentes Administrativos Principais para Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, aberto pelo Aviso n.º 27 877/2008, publicado no *Diário da República* n.º 227 de 21 de Novembro de 2008, cuja lista de classificação final foi homologada em 31 de Dezembro de 2008 e após obtenção da confirmação da cabimentação orçamental foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 09 de Março de 2009, com:

Eduardo Alexandre Pontes Silva Cruz — Integrado no nível remuneratório 222 e na 1.ª posição remuneratória a que corresponde o vencimento de 762,08 €.

6 de Maio de 2009. — O Director, *Francisco Guerra Tavares*.

201855308

#### Despacho (extracto) n.º 13031/2009

Para cumprimento do disposto na alínea *b*), n.º 1 do artigo 37.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro torna-se público, que por despacho de 16 de Fevereiro de 2009, na sequência de Concurso interno de acesso misto (quota externa), para a categoria de Assistentes Administrativos Principais para Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, aberto pelo aviso n.º 27 877/2008, publicado no *Diário da República* n.º 227 de 21 de Novembro de 2008, cuja lista de classificação final foi homologada em 31 de Dezembro de 2008 e após obtenção da confirmação da cabimentação orçamental foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas sujeito a período experimental, com a duração máxima permitida pelo disposto no artigo 76.º do RCTFP, com efeitos a partir de 23 de Fevereiro de 2009, com:

Patrícia de Jesus Carvalho Poeiras — Integrada no nível remuneratório 233 e na 2.ª posição remuneratória a que corresponde o vencimento de € 799,84.

6 de Maio de 2009. — O Director, *Francisco Guerra Tavares*.

201855462

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 13032/2009

Nos termos do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e considerando a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na nota curricular publicada em anexo ao presente despacho, nomeio, em comissão de serviço, a mestre Maria Eugénia Melo de Almeida Pires para exercer funções de subdirectora-geral do Orçamento.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Junho de 2009, inclusive.

21 de Maio de 2009. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.